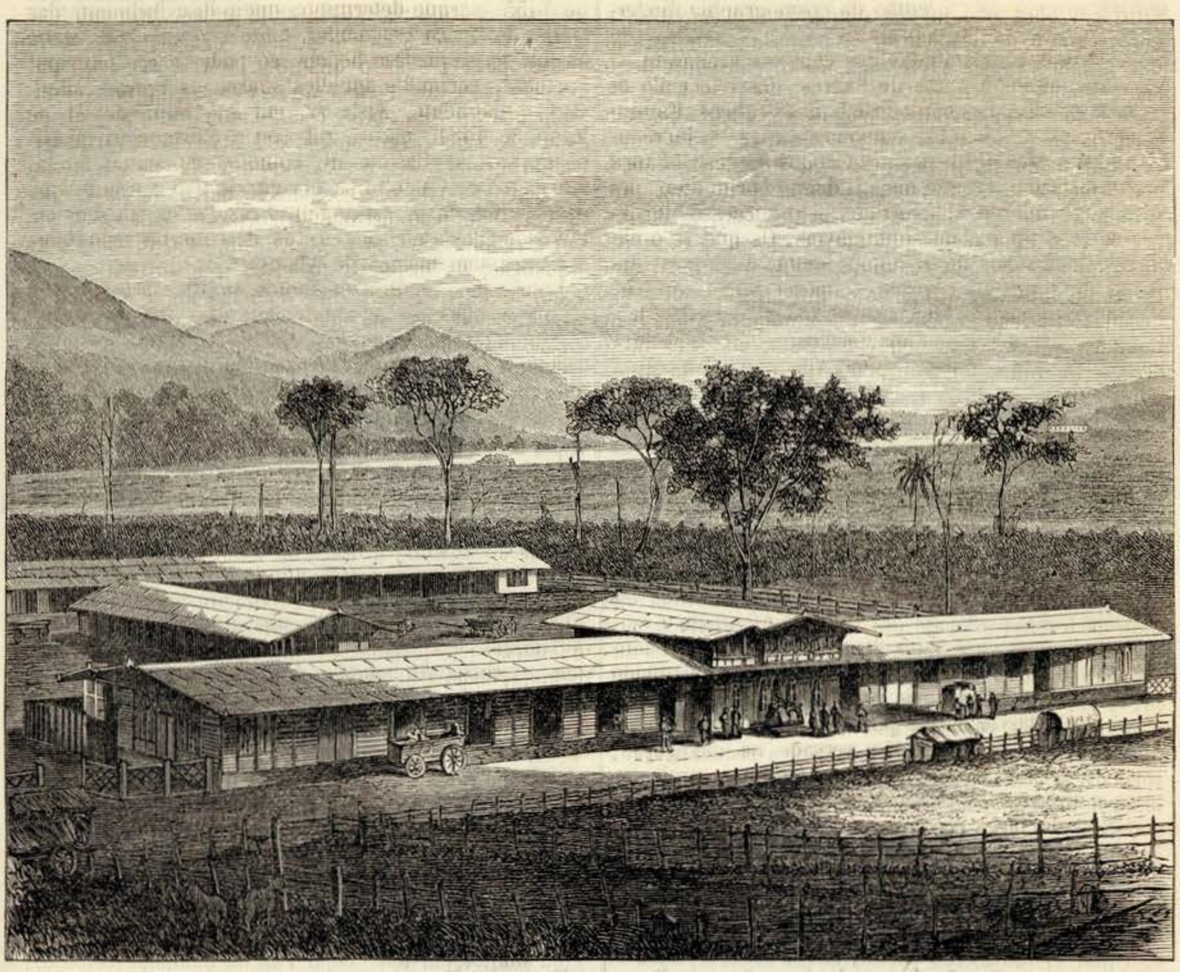


Brasil — Estação d'Entre Rios, na estrada normal de Petropolis ao Juiz de Fóra

Nos volumes VII e VIII do *Archivo Pittoresco* publicámos uma serie de artigos ácerca da estrada normal de Petropolis ao Juiz de Fóra; estrada magnifica a todos os respeitos, e com a qual a patriotica empreza, denominada *União e Industria*, uniu em relações intimas, faceis e economicas as duas riquissimas provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes. Por conseguinte, os nossos assignantes já tem conhecimento d'esta obra pela descripção geral d'ella, e pelas gravuras que acompanharam aquelles artigos, copiadas fielmente de excellentes photographias, que formam um bello album de vistas das principaes obras de arte da dita estrada, e dos sitios mais pittorescos que ella atravessa.

A gravura que precede este artigo é tambem cópia de uma das photographias d'aquelle album, e representa a *estação d'Entre Rios*, situada nas visinhanças do sitio chamado as *Tres Barras*, onde se juntam os rios Piabanha, Parahybuna e Parahyba, lançando-se os dois primeiros n'este ultimo.

A estação tem vastos edificios, tanto para a armazenagem dos productos agricolas que ahi concorrem para serem transportados ao grande mercado do Rio de Janeiro, como tambem para descanço e refeição dos passageiros e das cavalgaduras empregadas na conducção das diligencias e carros.

O edificio principal da estação, de architectura simples mas graciosa, é construido de madeira, com almofadas de reboco de barro rustico, que, conservando a côr natural, dão ao todo um aspecto agradavel, que recebe novo realce da verde espessura dos arvoredos que cercam o edificio da estação por todos os lados.

A pouca distancia da estação d'Entre Rios, a menos de dois kilometros, estão junto da estrada normal duas importantes quintas pertencentes aos srs. barões d'Entre Rios e do Rio Novo.

I. DE VILHENA BARBOSA.

AS DÉCADAS PORTUGUEZAS

JOÃO DE BARROS

(Vid. pag. 211)

Quando escreveu o *Clarimundo*, tinha João de Barros pouco mais de vinte annos, e estava sendo muito da privança do infante D. João. Seguia este com visivel interesse o trabalho do seu moço de guarda-roupa (Barros fôra nomeado para este emprego por D. Manuel quando poz casa ao principe real), e tanto se enlevou com as aventuras do imperador, de quem, por uma genealogia de fadas e nigromantes, João de Barros o fazia descender, que elle proprio, com o seu regio punho, o ajudou a rever e emendar. Se nunca a penna de D. João III tivesse traçado outros caractéres, seria Portugal mais feliz. Não succedeu assim...

Em Evora, em 1520, foi o *Clarimundo* apresentado pelo seu auctor a el-rei D. Manuel. Tanto se agradou

este monarcha das bellezas do estilo e do talento do narrador que, sabendo o proposito em que elle estava de escrever a historia de Portugal, resolveu aproveital-o em obra não menos digna do seu engenho, e encarregou-o de transmittir á posteridade a relação das grandes coisas praticadas no Oriente durante o seu reinado.

Acceitou João de Barros o encargo, e principiou a preparar-se para elle. Mas n'isto morreu D. Manuel, e subiu ao throno D. João III. Este quiz enriquecer o seu amigo e prover á sustentação da sua familia, que principiava a ser numerosa, porque João de Barros casára com uma senhora de Leiria, chamada D. Maria de Almeida, e começava a encher-se de filhos, que levou até dez, tal era o gosto do novo historiador pelas décadas! D. João III deu-lhe a capitania da Mina. João de Barros depoz a penna e foi tratar dos seus interesses. De volta, foi nomeado feitor da casa da Mina, depois thesoureiro da casa da India, depois feitor da casa da India, Mina e Ceuta; depois, quando se repartiu o Brasil em capitanias, D. João III não se esqueceu do seu amigo e doou-lhe a capitania do Maranhão. Aqui se associa o nosso João de Barros com dois amigos e todo se entrega aos preparativos d'essa expedição formidavel. El-rei protege-o e auxilia-o, empresta-lhe artilheria para as suas naus, em tudo o ajuda finalmente. Parte a expedição, que é uma das mais poderosas que até ahi tinham sido enviadas por particulares. Persegue-a mau fado; naufragam os navios, os indios dão caça aos naufragos, e os que sobrevivem voltam a Portugal trazendo aos armadores a noticia da perda de todas as suas esperanças. Um dos associados de João de Barros fica reduzido á miseria; o generoso escriptor toma sobre si a perda de ambos, liquida, e vê-se pobre. Tranquillamente volta a occupar-se das suas funcções de feitor, e de novo, instado por D. João III, toma a resolução de principiar a escrever a historia da India. Lourenço de Caceres fôra d'isso encarregado, em substituição d'elle, mas Lourenço de Caceres morreu sem deixar uma linha escripta, e, felizmente para a nossa historia, João de Barros reassume o glorioso encargo.

Não se tinha elle olvidado dos seus trabalhos de litteratura durante este longo periodo; escrevêra dialogos philosophicos; occupára-se de philologia; inventára a cartilha figurada que ainda hoje as crianças conhecem; principiára uma geographia; concebêra varios planos para completar a historia de Portugal, escrevendo, além da sua *Asia*, outras partes que intitulára *Europa*, *Africa*, e *Santa Cruz*, e que formariam um corpo completo da narração dos feitos dos portuguezes; juntára documentos; assoldadára interpretes que lhe traduzissem as chronicas indias, arabicas e persas. Quando tratou de novo de escrever as *Décadas*, pensou que a prova feita com o *Clarimundo* já ia longe, que o seu estilo se podia ter estragado na composição de obras de menos importancia, e, principalmente, na escripturação da sua feitoria, e quiz experimental-o de novo. Escreveu alguns dialogos, que lhe valeram os elogios de todas as pessoas entendidas, e, vendo que a sua imaginação conservava o mesmo fogo, o seu estilo o mesmo vigor, a sua linguagem a mesma propriedade, abalançou-se á escriptura dos nossos feitos.

Poucos teriam, como elle, tantos elementos para escrever uma historia exactissima das coisas indianas. Dispondo dos documentos necessarios, sendo feitor da casa da India, e passando-lhe, por conseguinte, pelas mãos todas as provisões e todos os regimentos, privado del-rei, amigo ou conhecido de todos os grandes homens que no seu tempo batalhavam nas partes do Oriente, a historia de João de Barros podia ser, além de um monumento de estilo e de linguagem, uma obra de elevadissima importancia historica. Mas n'este ponto é que me parece afrouxar a penna de Barros. Acceito-o como simples narrador dos factos, como apreciador recuso-o... e todas as causas que apontei para mostrar as fontes de informações que João de Barros tinha á sua disposição, concorreram egualmente para provar o quanto o seu espirito era improprio para julgar sãmente das coisas da India. Educado nos ares da côrte, costumado, desde criança, a beber os seus preconceitos, a acceitar as suas idéas, valido de dois reis, escrevendo a pedido de um, cheio de beneficios do outro, João de Barros havia de observar tudo pelo prisma do cortezão. Mais occupado em arredondar a sua phrase do que em investigar as injustiças, as torpezas, os erros que se praticavam, João de Barros, se presta homenagem a Affonso de Albuquerque, não se doe muito das injustiças praticadas com elle; se conta na sua 4.ª década a escandalosa dissenção entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, não estranha muito esses factos que estiveram para produzir na India, entre fidalgos de prosapia e de fama, a miseravel guerra civil, que por esse mesmo tempo ardia no Perú entre aventureiros hespanhoes de infima especie e baixissimos sentimentos.

Querem saber qual é a reflexão com que João de Barros acompanha a narração d'este successo, que inspirou aos proprios indios um profundo desprezo pelo nosso caracter? Não cito textualmente, porque não tenho presente o livro, mas podem os leitores verificar a citação nos primeiros capitulos da 4.ª década, publicada, depois da morte do auctor, por João Baptista Lavaña, em conformidade das ordens que para esse fim recebêra de Filippe III.

«Tamanho é o amor que os portuguezes consagram aos seus reis, que todas estas discordias nasceram unicamente de disputas sobre qual dos dois governadores entendêra melhor o verdadeiro sentido das régias provisões!»

Como vemos, nada ha mais innocente! É uma simples questão de hermeneutica, uma discussão casuistica, uma difficuldade que póde ser resolvida por algum doutor em leis. Lopo Vaz de Sampaio (coitado!) entendia, apesar de estar nomeado para governar depois de Pero Mascarenhas, apesar da sua provisão dever ser aberta depois da do seu rival, que as verdadeiras intenções del-rei eram que a provisão se abrisse depois, é verdade, mas que elle governasse primeiro! E o certo é que parece que tinha razão, porque Pero Mascarenhas veiu carregado de ferros para Lisboa, e el-rei D. João III, quando a victima d'aquella odiosa intriga lhe pediu justiça, encolheu os hombros e respondeu-lhe como o heroe de um romance de Frederico Soulié:

— *C'est un fait accompli.*

E Lopo Vaz de Sampaio continuou a governar tranquillamente a India!

João de Barros nem muito de leve mostra estranhar esta resolução. Como todos os cortezãos, voltava as costas ao sol poente, e o sol de Pero Mascarenhas sumia-se no occaso. Por isso, quando se espalha que está instaurado processo a Lopo Vaz, João de Barros protesta contra esse aleive que se levanta ao honrado governador, e declara ser absolutamente falsa tal asserção.

Os dissabores que a D. Francisco de Almeida os intrigantes da côrte fizeram soffrer, as angustias de Duarte Pacheco, as amarguras que Affonso de Albuquerque sentia no leito da morte por saber que estava nomeado para seu successor Soares de Albergaria, seu inimigo mortal, por tudo isso passa João de Barros com suprema indifferença. E não é porque Barros tenha um coração frio e indifferente aos males alheios; o seu estilo, tão cheio de fogo, humedece-se tambem de lagrimas quando conta algum triste caso, e a descripção da partida das armadas, da angustiosa

dor das esposas e das mães, tudo isso mostra que João de Barros se possuia verdadeiramente do seu assumpto, e tambem contemplava com melancolia os galeões que desfraldavam as velas á brisa do Tejo, e iam por esses mares além tingir de sangue a alva espuma das vagas, deixando as viuvas chorosas na praia solitaria e muda.

Mas, repetimos, João de Barros é cortezão, pisa as esteiras do paço, ouve as calumnias dos que voltam contra os que ficaram, dá attenção á invejosa maledicencia dos que não ousavam ir, preferindo cortar a reputação alheia a decepar cabeças musulmanas, não andou por essas terras distantes, não viu os crimes que se praticavam, não lhe alancearam o coração as saudades da patria, não teve que luctar com as ambições dos inferiores, não teve que se defender contra as picadas de alfinetes da intriga, não recebeu as ordens contradictorias da corte, não viu o seu procedimento mal interpretado, as suas grandes emprezas interrompidas pela malevolencia dos ministros, a insubordinação auctorisada por secretas provisões dadas a occultas aos subalternos; não, o que viu apenas foi o esplendor da nossa gloria no Oriente, o que viu foi partirem as armadas bem abastecidas, o que ouviu foi o côro de cortezãos chamando a D. Manuel o grande e o venturoso. E foi com essas harmonias, com esses esplendores que elle compoz o seu maravilhoso monumento; monumento que tem de durar seculos, e que, apesar das modernas investigações que nos auctorisam a acceitarmos raramente o juizo de Barros, e a não acreditarmos na sua imparcialidade, ha de sempre dizer ao mundo com sonorosa voz as grandes acções que praticámos, e que ficaram sendo grandes apesar de as deslustrarem mesquinharias e crueldades. O sol não é menos esplendido porque algumas nodoas o desfeiam.

Falta-nos o tempo e o espaço para apontarmos exemplos das prevenções cortezãs de João de Barros; comtudo, ha uma que nos parece mais imperdoavel do que outra qualquer; é o modo frio e desprezador com que elle trata Fernão de Magalhães; se o acreditarmos, Fernão de Magalhães era um intrigante obscuro, concussionario, e ignorante do seu officio, que é mais! Ao contar a sua expedição quasi que nem o considera como descobridor! A revolta dos capitães hespanhoes parece-lhe justificadissima pela violencia com que elle os tratava; a repressão energica imposta por Fernão de Magalhães ás suas equipagens parece-lhe um acto de horrenda crueldade. O homem, que narra com o maior sangue frio as atrocidades praticadas pelos portuguezes na India contra gente ás vezes fraca e inerme, não acha outro nome para designar a acção de um capitão portuguez, reprimindo no mar alto, longe de toda a habitação humana, equipagens hespanholas revoltadas. Tem todos contra si; apenas tres ou quatro portuguezes do seu lado, e só com a sua coragem e a sua resolução impõe respeito aos sublevados, e no fim este homem, castigando severamente os revoltosos, não praticou mais do que uma crueldade. De accordo, mas d'essa crueldade poucos seriam capazes.

Bem sei que estavam os portuguezes irritados contra Fernão de Magalhães, que João de Barros devia participar d'essa irritação; mas o grande escriptor, o homem capaz de comprehender as grandes coisas, não se podia elevar um pouco acima dos preconceitos do seu tempo, e, castigando severamente a traição, prestar homenagem ao genio do homem? Não o fez, porque ao talento de João de Barros faltava o ter sido retemperado no fogo da desgraça; o historiador vivêra sempre no doce ninho da corte, lisongeado e acariciado pelos reis, querido de todos, ao abrigo das injustiças, admirado pela Europa. Em toda a parte honravam o seu talento verdadeiramente prodigioso; como havia elle de comprehender as torturas do genio menosprezado? Para se avaliarem philosophicamente os acontecimentos politicos, para se apreciar seguramente o caracter dos actores principaes d'esta comedia, é necessario ter-se sido valido de Luiz XI e ter-se vivido depois alguns mezes dentro de uma d'essas gaiolas inventadas pelo astucioso rei, como succedeu a Filippe de Commines; é necessario ter-se sido secretario da republica florentina, e ter-se agonisado depois n'um carcere humido e frio, como succedeu a Machiavello; mas aquelles que, como João de Barros, sempre foram bafejados pela fortuna prospera, adoptam por divisa a *væ victis* de Brenno.

Dissemos qual era a macula do talento de João de Barros, mas dissemos tambem qual era o immenso esplendor que a compensava. Historiador eloquente, nenhum contemporaneo seu attingiu á sua altura, e as suas *Decadas* tiveram a honra de ser traduzidas em italiano por Antonio Ulloa, que as dedicou ao duque de Mantua; honra inaudita, porque os italianos, cuja litteratura era então a dominante na Europa, ufanos da pleiade brilhante de genios que o mundo admirava, consideravam um pouco as outras nações como barbaras, e estavam mais habituados a verem as suas obras primas traduzidas nas linguas estrangeiras, do que a naturalisarem na sua as producções alheias.

Isto prova o alto apreço em que o nosso historiador era tido lá fóra; esse juizo favoravel ainda hoje subsiste, e de tantos monumentos da nossa gloria só dois ficam de pé aos olhos dos estrangeiros: os *Lusiadas* de Camões, e as *Decadas* de Barros.

(Continúa) M. PINHEIRO CHAGAS.

O PRIMEIRO AMOR DE UM REI

(Vid. pag. 210)

XVII

A NOITE DE NATAL

O rei, ebrio de alegria por ter encontrado na amante thesouros de felicidade, cuja existencia nem sequer suspeitava, não podia viver sem ella; e ainda que a opposição que encontrava nas cortes o inquietava bastante, ao lado de Maria deslembrava-se dos desgostos e pezares, e só pensava nas caricias que lhe ella prodigalisava e que lhe alimentavam o fogo da alma.

Carlos tambem luctava. Perguntava muitas vezes a Maria se era ella a apparição que no alto mar, entre o espantoso ruido dos trovões e os silvos do furacão, lhe descobrira os mysterios do futuro; e ouvindo as respostas negativas, e recordando-se das palavras com que o camarista destruira na sua mente de dezenove annos os sonhos e as illusões que a lembrança da visão ia alimentando, não sabia como explicar o mysterioso sentimento que o impellia para o affecto de Maria, nem a illusão que lhe fazia ver na joven o rosto que víra no alto mar, e ouvir na sua voz a da apparição que ao mesmo tempo lhe esparzia na alma os germens do amor e da gloria.

Nada mais facil de explicar, todavia, que a situação em que se encontrava o moço rei.

Necessitava de commoções; principiavam a fixar-se-lhe na imaginação as idéas do guerreiro, do dominador, do heroe, e carecia de paixões violentas que se lhe adaptassem ao temperamento.

Carlos era, porém, homem voluvel, quando menos na fórma das idéas.

Enfastiava-se facilmente de tudo, excepto de perseguir a gloria; as honras e os triumphos eram o ambiente de que necessitava para aspirar, eram toda a sua vida, ou, antes, foram depois, porque no momento

em que se inebriava com o dulcissimo e purissimo amor de Maria, ainda esses horisontes não estavam completamente delineados.

Embora o satisfizessem as caricias d'aquelle anjo, o confidente e favorito Chièvres incitava-o por modo tal, que estava decidido a trocal-os pelos da mulher apaixonada.

Maria chegou a adoral-o com delirio, e, esquecida de tudo, seria escrava de Carlos, se já não era.

No dia 24 de dezembro quiz o moço rei ceiar com ella, e mandou preparar na habitação de Maria esplendido banquete.

Guilherme de Croy acompanhou os dois amantes, e procurou embriagal-os. Para que é necessario descrever os episodios da ceia?

Chièvres saiu da residencia de Maria, e Carlos não pôde soltar-se de seus braços, duas vezes ebrio.

No dia seguinte de madrugada el-rei saiu da casa de Maria para a de Pimentel, onde habitava. Notava-se-lhe no rosto uma nuvem de tristeza.

Maria, ao despedir-se do amante, sentiu que o pranto lhe corria pelas faces, e, envergonhada de si propria, occultou o rosto entre as mãos.

Desapparecêra-lhe da fronte a innocencia, e o rubor inclinava-a para o solo.

Pobre Maria! perdêra com a pureza a felicidade, porque, debilitando-se a paixão de Carlos já satisfeita, ao amante succederia o homem, e ao homem o rei.

Tinham-se-lhe desfolhado as mais queridas illusões!

O esquecimento e a morte eram o seu futuro.

Maria passou longas horas chorando, e lembrou-se de sua mãe e de sua irmã.

Assim decorreu o dia de Natal.

Houve no dia seguinte grandes festejos em Valhadolid. Celebraram-se justas e torneios com jogos novos, e representaram-se quadros dos livros de cavallaria.

Em alguma d'estas diversões entrou o proprio monarcha.

Na praça Maior verificou-se uma justa em que entraram sessenta cavalleiros armados de lanças com pontas de diamante, e montando em cavallos cobertos com arnezes de guerra.

Dividiram-se por turnos, collocaram-se uns em frente dos outros, e ao ouvir os sons das charamelas e das trombetas, accommetteram-se tão furiosamente, que todos ou quasi todos iam succumbindo.

Morreram doze cavallos, e, passado o perigo e terminados os festejos, voltaram todos ás suas residencias, porque era já entrada a noite.

Carlos deixou por primeira vez de ir ver Maria.

Ella esperou-o primeiro com anciedade, depois com receio e sobresalto, e por ultimo com indescriptivel angustia.

Houve n'aquella noite uma horrorosa tempestade em Valhadolid. No dia seguinte o cinzento do ceo e o aspecto sombrio da povoação infundiam tristeza, e parecia annunciarem grande catastrophe.

Circulou em breve por todos os habitantes a má nova de que a peste se desenvolvêra na cidade.

O terrivel flagello mudára em uma só noite as idéas, os sentimentos, as alegrias e as esperanças de milhares de entes.

O terror invadíra todas as povoações. Foi precisa a já extraordinaria energia do moço rei para que a corte se conservasse em Valhadolid.

Pobre Maria! Conspirava tudo contra ella. Era já tão desgraçada, que só a morte podia devolver-lhe a felicidade que perdêra.

XVIII

O HOSPITAL

Se em nossos dias o desenvolvimento de uma epidemia e o quadro que apresentam as cidades invadidas são horrorosos, que seria no principio do seculo XVI, em que se carecia dos infinitos recursos que o progresso das sciencias e das artes tem modernamente offerecido á humanidade?

Uns commerciantes de Oviedo tinham chegado a Valhadolid sem se demorarem no lazareto. Seguíra-os a peste, e na estalagem onde pernoitaram morreram quatro pessoas de repente, e os rostos desconcertados das victimas e as manchas azuladas dos cadaveres indicavam claramente que a epidemia entrára na cidade.

Inquietaram-se para logo os arreeiros e demais hospedes que havia na estalagem; pensaram em se vingarem dos commerciantes, que eram os culpados na invasão da epidemia, e procuraram-n'os com o intuito, quando menos, de os moerem ás pauladas. Subindo ao quarto que os indicados commerciantes occupavam, retrocederam espantados. O quadro affligia! Eram todos cadaveres, e os seus corpos, em singular desordem, como testimunhando horriveis agonias, impediam a entrada.

— Está empestada a estalagem, fujamos! gritaram todos, e em um instante a casa ficou deserta.

Amo, criados e hospedes, saíram da estalagem, correndo e lançando pelas ruas o terrivel pregão:

— Peste! peste! Temos peste na cidade!

Este fatidico annuncio acordou os habitantes de Valhadolid na terceira oitava do Natal.

A noticia correu com rapidez pasmosa, e, como sempre succede, o medo augmentou no primeiro momento o numero das victimas.

Era tudo perturbação e desordem. Os frades percorriam as ruas em todas as direcções, acudindo a prestar os ultimos soccorros aos que se partiam do mundo; os curandeiros tambem se viam apressados de um para outro lado, e os rostos entristecidos e angustiados, o dobre lugubre dos sinos, as lagrimas e os gritos dos que se despediam para sempre de seus paes, de seus filhos, de suas esposas, dos entes mais queridos, em fim, davam aspecto singularmente pavoroso á capital.

Estabelecêra-se nas visinhanças da porta da Ponte um hospital, e alli affluiam os que, atacados pela epidemia, queriam receber os escassos soccorros que a sciencia podia prestar-lhes.

Muitos eram levados por leigos. Outros vinham dos arrabaldes. Todos, porém, imploravam aquelle auxilio por extrema pobreza.

(Continúa) B. A.

CIDADE DE S. SEBASTIÃO DE MOÇAMBIQUE

(Vid. pag. 201)

IV

A provincia de Moçambique estende-se do sul ao norte por espaço de perto de 400 legoas, desde a bahia de Lourenço Marques até ao cabo Delgado. Em toda essa extensão, comprehendida entre 10° 41′ e 25° 58′ de latitude sul, é banhada pelo oceano Indico.

Os limites da provincia pelo lado do sertão não se acham bem assignalados; todavia, em algumas partes não tem menos de 200 legoas de léste para oéste, que tanta é a distancia que separa o porto e villa de Quelimane da sertaneja villa de Tete.

Da superficie do territorio sujeito á coroa portugueza e da sua população apenas se podem fazer calculos mais ou menos approximados. A primeira, incluindo os paizes tributarios, é avaliada em 2:400 legoas quadradas maritimas, e a segunda presume-se ser de uns 300:000 habitantes, entrando n'este numero subditos portuguezes e tributarios da coroa. Querem alguns escriptores modernos que, não contando os ultimos, a provincia tenha sómente 70:000 habitantes. Um recenseamento official, feito em 1849, dá aos estabelecimentos da costa uma povoação de 60:000 almas,

sendo 42:000 escravos, 2:000 brancos europeus, ou descendentes d'estes, e o resto arabes e baneanes oriundos da Asia.

Divide-se a provincia de Moçambique em sete districtos militares, que são: a *capital*, *Quelimane*, *Tete*, *Sofala*, *Inhambane*, *Lourenço Marques* e *Ilhas de Cabo Delgado*.

O districto da *capital* comprehende na terra firme, entre outras, as aldeias de *Mossuril*, *Cabaceiras*, *Sancule* e *Quitangonha*, com xeques vassallos del-rei de Portugal.

O districto de *Quelimane* abrange a villa de *Sena*, a parte do territorio que constituiu outr'ora os prazos da coroa do districto de *Quelimane* e *Sena*, e a feira de *Manica*, antigamente importante mercado, depois perdida, e modernamente restaurada.

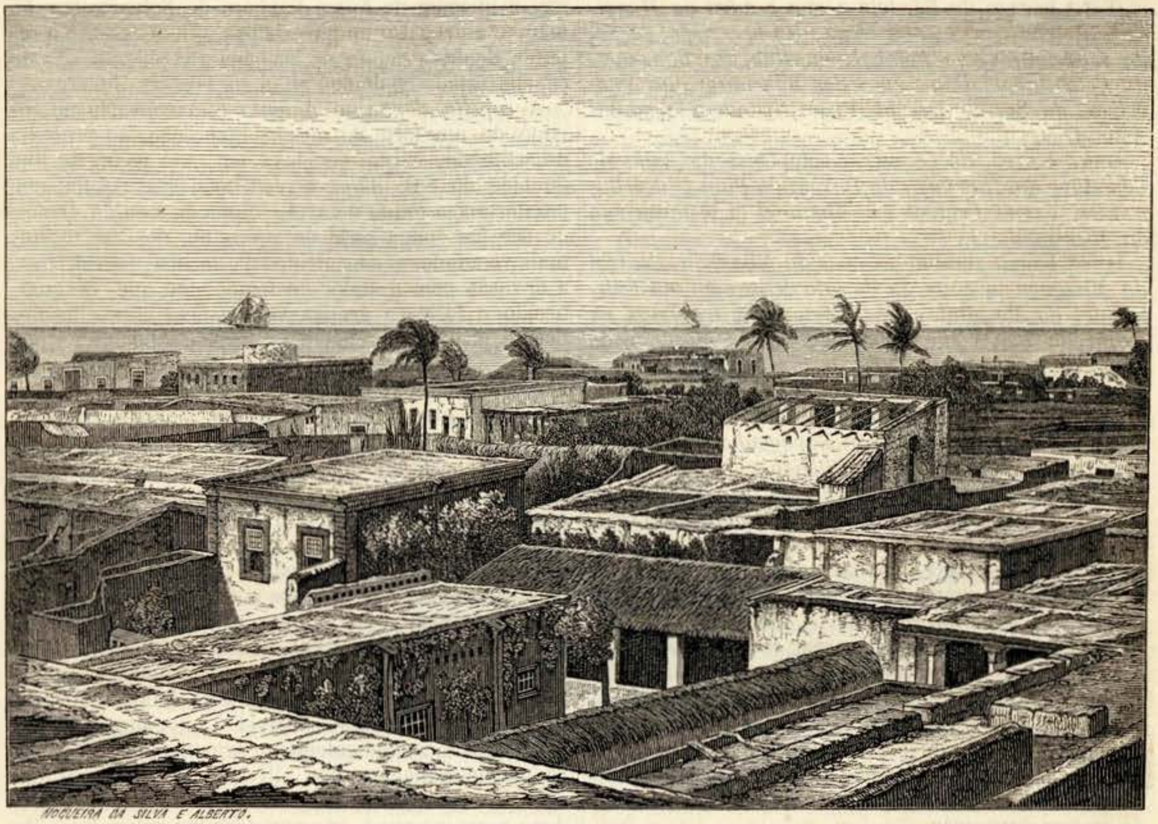
Ao districto de *Tete* pertencem os terrenos a oéste do districto de *Sena* até á villa e feira de *Zumbo*, que, tendo sido tambem um bom mercado, com as vicissitudes do tempo veiu a acabar, até que foi outra vez restaurado.

O districto de *Sofala* comprehende os antigos prazos da coroa, feiras e minas de oiro da extincta capitania de *Sofala*, e o presidio das *ilhas de Bazaruto*.

Do districto de *Inhambane* fazem parte, além do territorio propriamente portuguez, os districtos de vinte e dois régulos tributarios a Portugal.

O districto de *Lourenço Marques* compõe-se unicamente do territorio do seu nome, no qual está o presidio tambem assim chamado.

O districto das *Ilhas de Cabo Delgado* comprehende, além das ilhas assim denominadas, e ás quaes tambem



Vista interior da cidade de Moçambique, tirada do terrado da casa do sr. João da Costa Soares

chamam *Querimbas*, o estabelecimento da *bahia de Pemba*, fundado em 1857, e a costa que se estende ao norte da ilha de Moçambique até á *bahia de Tungue*. A capital d'este districto é a villa de *Ibo*, na ilha do mesmo nome.

D'esta vasta possessão portugueza é capital a *cidade de S. Sebastião de Moçambique*, edificada em uma ilha, da qual tomou o nome juntamente com a provincia.

A ilha de Moçambique apenas tem um quarto de legoa de comprimento, meio de largura, e uma legoa de circunferencia. Está situada na bahia de Mossuril, a uma legoa da costa, em 15° 1′ de latitude sul, e 49° 45′ de longitude a léste de Lisboa. É terra baixa e árida, tendo por base rochas. Ao espaço de mar que a separa da terra firme chamam *canal de Moçambique*.

A cidade está sentada proximo da ponta da ilha, do lado de nordeste. É séde de um governador geral nomeado de tres em tres annos, do conselho do governo, da junta de fazenda, da junta de saude publica, de um juiz de direito, de um conselho inspector de instrucção publica, de um prelado que tem jurisdicção ecclesiastica em toda a provincia, e de outras auctoridades subalternas. A repartição de justiça é subordinada á relação de Goa, e assim tambem a prelazia de Moçambique está sujeita ao arcebispo primaz do Oriente. Instituiu esta prelazia o papa Paulo III, a instancias del-rei D. João III. Foram prelados de Moçambique os bispos *in partibus infidelium* de Pentamea e de Olba.

Compõe-se a força armada de um batalhão de infanteria com 300 homens, e de duas companhias de artilheria com 150 praças, com o que se faz a guarnição da cidade e das fortalezas que a defendem e a toda a ilha.

A cidade de Moçambique tem por brazão de armas um escudo de prata coroado, e no meio d'elle cinco setas verdes atadas com uma fita vermelha, e por baixo duas palmas verdes. Setas, fita e palmas, tudo são emblemas do martyrio de S. Sebastião, a quem a cidade foi consagrada.

Não offerece esta povoação bonita perspectiva aos viajantes que a contemplam do mar, tanto por causa da sua situação baixa, como por ser a ilha pobre de

arvoredo, que é um dos mais bellos ornatos em similhantes quadros.

O interior da cidade em geral pouco melhor é que o exterior, por quanto as ruas são estreitas, e guarnecidas, com raras excepções, de casas mesquinhas e de triste aspecto, ou de uma construcção pesada e sem elegancia, como se póde julgar á vista da gravura que acompanha este artigo. Todavia, em compensação, possue alguns largos ou praças espaçosos, alegres, aformoseados com arvores e orlados de bons edificios, como adiante veremos.

Divide-se a cidade em sete bairros.

O 1.º, chamado de *S. Domingos*, comprehende a *Praia Grande*, *rua de S. Sebastião*, *campo de S. Gabriel*, *largo do Bazar*, *rua do Asylo*, *travéssa do Asylo* e *travéssa da Misericordia*.

O 2.º bairro, *de S. Gabriel*, consta da *rua de S. Paulo* e *travéssa da Misericordia*.

O 3.º bairro, *da Sé*, tem a *rua e adro da Misericordia*, *travéssas da Alfandega*, *dos Ferreiros*, *da Sé*, *de Entremuros*, *do Pombal*, *da Rua dos Baneanes*, *do Cotovelo*, *do Poço*, *ruas dos Baneanes*, *das Amoreiras*, *da Sé*, *do Arsenal*, *Praia Grande* e *largo das Amoreiras*.

O 4.º bairro, *do Concelho*, compõe-se das *ruas do Concelho*, *do Thesouro*, *do Durão*, *do Pagode dos Baneanes*, e *rua Central da Missanga* (a léste da *rua da Missanga*).

O 5.º bairro abrange as *ruas da Missanga*, *Central da Missanga* (a oéste da *rua da Missanga*), *da Fidelidade*, *do Hospital* e *das Hortas*; as *travéssas da Praia da Boa-Vista*, *da Amizade*, *das Flores*, e *do Hospital* e *Bazar Grande*; o *largo da União* e a *Praia da Boa-Vista*.

O 6.º bairro contém as *ruas Central da Maragonha* e *do Celleiro*; as *travéssas da Maragonha* e da *Saude*; e os *largos da Saude* e *do Celleiro*.

O 7.º bairro encerra a *rua Fresca*, as *travéssas dos Fornos*, *do Caminho Novo* e *Santo Antonio*, o *Caminho Novo*, a *Esquina* e a *Estrada*.

São duas as parochias: a *matriz*, ou *sé*, e a *de S. Sebastião*. A matriz, dedicada a *Nossa Senhora da Purificação e do Livramento*, é um templo de uma só nave, bem construido, porém está bastantemente damnificado, mal servido e pobremente ornado. Ergue-se proximo do mar, e quasi no centro da povoação. Além de ser primeira na gerarchia, é tambem a principal, porque tem por freguezes todos os moradores da cidade, menos os que habitam na praça e fortaleza de S. Sebastião, na qual está erecta a parochia da mesma invocação.

O antigo templo d'esta ultima está em ruinas e abandonado, tendo todo o tecto lançado por terra. Serve actualmente de parochia a capella do *palacio de S. Paulo*, onde reside o governador geral da provincia. Na derrocada egreja de S. Sebastião está sepultado João da Silva Tello de Menezes, 1.º conde de Aveiras, vice-rei da India, que falleceu em Moçambique no anno de 1651, quando voltava a Goa pela segunda vez com o mesmo cargo de vice-rei.

Os outros edificios religiosos e estabelecimentos de caridade são os que seguem:

A *egreja da Misericordia*, fundada nos principios do seculo XVII, é o templo da cidade que possue melhores paramentos e alfaias, e onde o culto divino é exercido com mais decencia.

A *egreja de S. Francisco Xavier*, que foi dos jesuitas, e actualmente é capella do palacio do governador. Na capella-mór, da parte da epistola, vê-se uma lapida embebida na parede com esta inscripção: *Aqui jaz D. Estevão d'Athaide, castellão que foi desta praça, que a defendeu de dois cercos dos hollandezes, general das conquistas das minas de prata; falleceu em* 1633, *e a companhia o recebeu neste collegio*. Aos pés do heroe, a quem Portugal deveu por duas vezes a conservação d'aquella cidade e ilha, está, no pavimento da mesma capella, a sepultura do marquez de Aracaty, João Carlos Augusto de Oeynhausen, que tomou posse do governo de Moçambique em 5 de outubro de 1837 e falleceu em 30 de março do anno seguinte.

A *capella de Nossa Senhora da Saude*, que foi egreja do hospicio dos religiosos capuchos, é ao presente administrada pela camara municipal, e serve de capella do cemiterio publico, que lhe fica contiguo.

A *capella de Nossa Senhora do Baluarte*, assim intitulada por estar erecta no meio de um baluarte da fortaleza de S. Sebastião. Esta capella é de muito antiga fundação; está bem conservada e quasi sempre fechada. N'ella celebram os governadores a ceremonia da posse do governo, que se costuma fazer com grande solemnidade, e que consiste em o prelado, ou o ecclesiastico que faz as suas vezes, tirar um bastão que a imagem de Nossa Senhora do Baluarte tem na mão, e entregal-o ao governador, que o restitue á referida Senhora depois de acabada a ceremonia. N'esta capella estão sepultadas algumas pessoas illustres.

A *capella de Santo Antonio* está edificada no recinto de um forte da mesma invocação, ao presente desartilhado, e que se eleva em uma ponta da ilha do lado do S O. Dá-se a respeito d'esta capella uma circunstancia muito notavel e digna de menção. Depois de ser por longa serie de annos um dos sanctuarios mais venerados e concorridos d'esta ilha, foi esfriando a devoção com o andar do tempo, até que, desguarnecido o forte, a ermida veiu a ficar esquecida dos fieis e abandonada no meio da sua solidão. A ruina que as inclemencias do tempo lhe foram causando, augmentaram-n'a os homens com sacrilegas devastações, pois que roubaram as portas, janellas, retabulo, algumas poucas alfaias, e até a propria imagem do santo. Começaram então os baneanes e outros gentios a lançar em rosto aos christãos que assim abandonassem e desprezassem um santo que pelas maravilhas que obrava bem se podia comparar a Brahmá e a Visnu. Ou porque a censura calasse no animo dos fieis, ou porque lhes voltasse a devoção, o que é certo é que pozeram mãos á obra da reedificação da capella pelos annos de 1859, concorrendo os ditos gentios voluntariamente com grossas esmolas, as quaes no fim d'aquelle anno passavam de 4:000$000 réis. E o que ainda é mais notavel é que, depois de reconstruida e convenientemente ornamentada a capella, as unicas romagens que alli concorrem são as dos ditos gentios, que no dia da festa do santo, e mais duas vezes no anno, vão accender-lhe velas, fazer-lhe oração e render-lhe culto segundo os seus usos gentilicos, terminando o festejo com um lauto jantar no adro da capella.

O *hospital militar e civil de S. João de Deus* occupa o edificio da mesma invocação, que pertenceu aos religiosos hospitalarios. Foi fundado em 1681, e augmentado e melhorado em 1703. A egreja do convento serviu de capella ao hospital, e agora servelhe de botica e laboratorio pharmaceutico.

O *asylo da infancia desvalida* foi instituido em 1856 no extincto *convento de Nossa Senhora do Rosario*, outr'ora da ordem dos prégadores. É fundação do reinado de D. João III, que encarregou aos religiosos seus conventuaes as trabalhosas e arriscadas missões da Africa Oriental. Do templo só resta a capella-mór. O corpo da egreja, achando-se em completa ruina, foi demolido em 1852 para se aproveitarem os materiaes na reconstrucção da ponte da alfandega. Entre as pessoas illustres por sangue ou serviços ao estado que jazem nas sepulturas da derrocada egreja, conta-se o poeta lyrico dr. Thomaz Antonio Gonzaga, auctor da *Marilia de Dirceo*. Depois da referida demolição, pretenderam varios cidadãos trasladar os

restos mortaes do distincto poeta para alguma das egrejas da cidade; porém não foi possivel levar-se á execução este honroso pensamento, por estarem confundidas as sepulturas e não se poder averiguar em qual se achavam os ossos do referido poeta.

São estes os edificios religiosos e estabelecimentos pios; quanto aos civis, os principaes são os seguintes:

O *palacio de S. Paulo*, residencia do governador geral, foi o collegio de S. Francisco Xavier, dos padres jesuitas, fundado nos principios do seculo XVII, e reconstruido, aformoseado e adaptado ao destino que hoje tem, depois da extincção da Companhia de Jesus. Este palacio vê-se representado no fundo da gravura a pag. 201.

A *casa da alfandega*, que tambem está figurada na mesma gravura, foi edificada em 1720 por ordem delrei D. João V. Desde o anno de 1593, em que se creou a alfandega de Moçambique, até á data da fundação d'aquella casa, os direitos eram arrecadados a bordo de embarcações do estado.

A grande ponte chamada *caes da Alfandega*, que fórma o primeiro plano da mencionada gravura, é obra de duas epochas differentes. A primeira parte d'ella, feita sobre um arco, foi construida ao mesmo tempo ou pouco depois do edificio da alfandega. Em 1804 foi mandada reparar e augmentar, porém toda a parte que se accrescentou ao dito arco foi principiada em 1852 e concluida em 1853. Esta parte nova, com $85^m,8$ de comprimento, assenta sobre onze pégões de alvenaria, que, elevando-se acima do pavimento da ponte, que é de madeira, formam uns semicirculos guarnecidos de assentos, e que, unidos com grades de pau, servem de guardas á mesma ponte. O comprimento total d'esta é de $122^m,1$, terminando no mar em uma escada tambem de madeira. Á sua entrada, no *largo de S. Paulo*, levantam-se duas columnas, em que avultam dois brazões de armas de Portugal. Junto das columnas descem para a praia duas rampas.

O *arsenal da marinha* é um edificio mesquinho, em mau estado, e sem as condições de um arsenal. Este estabelecimento, que, apesar de constar unicamente de armazens e officinas, tão bons serviços prestou em outros tempos ás nossas armadas, acha-se ao presente em bastante decadencia. Tem uma extensa ponte sobre o mar, a qual se vê na gravura a pag. 177.

A *casa da camara municipal* foi antigamente propriedade particular. Passa por ser o melhor palacio municipal das nossas provincias ultramarinas depois do da cidade de Macau. Acham-se accommodados n'este mesmo edificio a *administração do concelho*, a *cadeia publica* e um *theatro*.

Os outros edificios publicos são: a *casa da junta de fazenda*, onde estão as repartições de fazenda, era propriedade particular, e foi comprada pelo estado em 1839; a *do ouvidor*, assim chamada por ter sido outr'ora a morada dos ouvidores, e na qual se acha agora estabelecida a imprensa nacional; a casa denominada *do bispo*, por ter sido comprada pelo bispo de S. Thomé, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, sendo prelado de Moçambique, pelos annos de 1821, para residencia de seus successores; e o *edificio do celleiro publico*, fundado em 1827.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

OS GENIOS DA ASTRONOMIA MODERNA

KEPLER

(Vid. pag. 154)

IV

Na historia dos progressos e adiantamentos da humanidade, espiritos ha, e dos mais graves e sisudos, que julgam descriminar uma certa lei fatal e necessaria, que preside á successão dos grandes homens, d'esses que foram fadados pelo destino para iniciarem as grandes revoluções, para caminharem na vanguarda dos povos, para hastearem a bandeira civilisadora, o lábaro sacrosanto, lá nos terminos mais arredados, onde não chega ainda o clamor da multidão nem a grita dos falsos prophetas.

Acreditam bons engenhos (e esta theoria anda agora, mais do que nunca, apregoada pelos que estudam a philosophia da historia) que, se o homem é livre, não o é a humanidade, a qual, transformando-se successiva e incessantemente pela acção combinada de todos os esforços, obedece, como todos os phenomenos naturaes, ás leis de harmonia, já preestabelecida pelo Creador, já inherente á propria natureza das coisas de si increatas, como querem as modernas escholas materialistas de além-Rheno.

É o seculo quem fez o homem, ou é o homem quem fez o seculo? Na occasião azada e propicia, quando todas as circumstancias estão adrede dispostas, surge o homem, ou é este quem prepara aquellas para alcançar certos effeitos? O homem, livre em vida, podendo obrar ou deixar de obrar a seu talante, á sua escolha, não o é no nascimento e na morte, no berço e na sepultura; antes nasce sob o influxo de um destino que tem de cumprir, e cumprido o qual póde e deve morrer, em virtude da necessidade fatal do progresso?

Questões são estas de altissima philosophia, a que é impossivel responder, apesar do muito que se ha dito e escripto sobre ponto tão litigioso. A critica natural, ensaiada ha pouco e mal comprehendida pelos seus apostolos, essa a um tempo anatomia e physiologia comparadas, que do conhecimento do homem primitivo e da sua historia póde talvez inferir o conhecimento do homem actual e hodierno, a critica natural nada póde responder ao certo, e mal nos póde dirigir n'este vasto e immenso mar de dúvidas e enganos, semeado de escolhos e parceis, bordado de recifes e penedias, que se denomina estudo do homem ou *anthrologia*.

Se o homem se aperfeiçoa, ninguem o sabe. Se as suas faculdades lhe foram ingenitas, ou se as alcançou a pouco e pouco com o correr dos milhares de annos que a sciencia vae assignalando á existencia do homem na terra, ninguem ha que possa responder. Se a humanidade, composta de elementos eternamente constantes, de mónadas, segundo Leibnitz, que não variam, caminha em linha recta para as margens do éden, ou caminha em cyclos, amarrada ao potro da propria impotencia, diga-o alguem, se tanto ousar.

Se o homem verdadeiramente grande, honra, gloria e fanal da humanidade, Alexandre, Archimedes ou Eschylo, nasce quando o mundo carece de um genio, assim como o sol, após dias de tormenta, apparece a doirar as cumiadas e a fecundar os valles, coisa é de si tão difficil e obscura, que responder é temeridade e ousio, que mal se compadece com o muito que *o homem ignora do homem*. É comtudo, se a historia accusa algum periodo em que esta theoria de successão e nascença fatal e necessaria dos grandes homens se póde applicar rigorosamente, ou pelo menos com visos de acerto, é seguramente o que vae de Copernico a Kepler.

Nos anteriores capitulos seguimos com a maxima brevidade e possivel clareza o caminhar progressivo da astronomia, desde o seu berço obscuro e humilde em remotissimos tempos, até ao conego de Frauenbourg. Vimos como as proprias necessidades do homem concitavam a astronomia a aperfeiçoar-se, e como todas as circumstancias porfiavam em favorecel-a no abençoado torrão da Grecia. Assistimos ao magnifico e esplendido introito do vidente de Samos, do grande Pythagoras, genio divino e temporão, que, á similhança de certas flores que rebentam antes de

tempo e são crestadas pela geada, e fenecem antes de lançar semente com que perpetuem a especie, assim tambem morreu esquecido, offuscado pela aura brilhante e apparatosa de Aristoteles; sem que os discipulos, inferiores ao mestre, ousassem reivindicar a gloria que era devida ao que avançou tanto, que ninguem se atreveu a seguil-o nos largos horisontes que cada vez ia entrevendo e rasgando.

Proseguimos na analyse rapida dos systemas artificiaes e artificiosos dos discipulos de Aristoteles e Platão, assim na antiguidade como na meia edade, e topámos a final com o grande vulto de Copernico, cujos feitos e obras esboçámos apenas.

Quaes foram os serviços que o conego de Frauenbourg prestou á sciencia? Quaes os motivos por que alcançou as honras de benemerito? Que gentilezas praticou, pelas quaes a posteridade lhe gravasse o nome no pantheon dos grandes homens? Já o dissemos. O astronomo de Thorn vinculou o seu nome a uma idéa simples, grandiosa, á sublime intuição de Pythagoras e de alguns genios da Grecia, e mostrou a *racionalidade* de uma hypothese sobre outra. Este o grande serviço que póde allegar no tremendo tribunal da posteridade.

Genio pouco retrahido e demasiado descuidoso da propria gloria, absorto em contemplações, pouco afeito á discussão, á sciencia militante, incapaz dos extases que alentam o evangelisador e lhe amenisam os agros e espinhos, observador paciente mas pouco tenaz, olhando mais para o presente do que para o futuro, Copernico, alma timida, posto que elevada, deixou a sua obra incompleta, e não logrou tornal-a popular, e dar-lhe entrada assim nas academias como nas escholas, assim nos palacios como nas choupanas.

Copernico era sobre tudo mathematico. Faltava-lhe a imaginação, o enthusiasmo, o fogo sagrado que irrompe em labaredas e allumia o mundo, por não consumir e queimar o homem que o traz no intimo. Copernico foi como Vesta. Ergueu um templo, e nos mais reconditos penetraes accendeu o fogo. Mas o mundo não se allumia assim. A chamma que bruxuleia nas cryptas, e se combina religiosamente com as trevas do sanctuario, convem ao antistite que sacrifica no altar, póde guiar os passos inertes do neophyto, mas não é o pharol esplendido e luminoso que lança os raios para longe, afugenta a escuridão, e conduz o mareante por entre os escolhos do erro e as vagas encapelladas dos preconceitos.

Para que a obra de Copernico se completasse era, pois, necessario um homem que juntasse a um grande cabedal de sciencia e copioso repositorio de idéas, os caractéres e feições do evangelisador convicto e incançavel. Era necessario que nascesse um genio robusto e combatesse sem fadiga, usando todas as armas, ora offendendo, ora defendendo-se. Era necessario chamar reis e povos a um grande comicio scientifico, convencer incredulos, vencer indifferentes, calcar preconceitos, afugentar terrores supersticiosos, arcar com a omnipotencia dos pontifices, defrontar com as fogueiras da inquisição, zombar das ameaças, rir do perigo, e, a final, arrebanhar tantos proselytos que ninguem mais ousasse duvidar, apesar da Escriptura e dos Santos Padres.

Quem foi esse homem? Ninguem, porque não ha semi-deuses. Appareceram, porém, dois genios, quasi nascidos ao mesmo tempo, ambos luctadores, ambos dispostos a *vencer ou morrer*. Esses homens foram Kepler e Galileu.

Curvemo-nos submissos perante estes dois nomes, em torno dos quaes brilha a auréola do talento sanctificado pelas edades.

Curvemo-nos perante estes homens, que abriram o caminho ao esplendido genio do Norte, ao brazão da humanidade, a Newton, em fim, que quando se profere este nome, quando se invoca o formidavel geometra, nenhum echo lhe póde responder.

A Newton augusto convem o silencio augusto. Nas alturas aonde elle paira não podem chegar os murmurios do homem. Mas não anticipemos.

Kepler e Galileu! Que nomes gloriosos! que effigies resplandecentes! que bustos incomparaveis!

Não nos cabe por em quanto fazer o parallelo entre estes dois homens, egualmente grandiosos, dignos ambos do respeito e admiração dos porvindouros. Ha um abysmo entre a vehemencia de Kepler, torrente férvida e terrifica de raciocinios, que se amontoam e enovellam como nuvens prenhes de electricidade impellidas pelo sul, e que, escurecendo o firmamento, desentranham-se de repente em raios, e o sarcasmo implacavel e ironico de Galileu, cujas palavras queimavam como um ferro em braza, e tisnavam os proprios inquisidores e a purpura cardinalicia da corte romana.

Fallemos agora de Kepler, d'esse astronomo-poeta, que ajuntava uma grande imaginação a um grande talento pesquizador, sem que a verdade e rigor deductivo padecessem a minima quebra. Fallemos d'esse genio singular e unico, prototypo de investigadores, a um tempo audaz e paciente, ora insoffrido e prompto a arremetter com a natureza indomita, cuja serenidade imperturbavel, como tudo o que é immenso, zombava de esforços mal combinados para lhe arrancar os segredos; ora docil, quieto e socegado, tentando resgatar as anteriores loucuras com a placidez de multiplicadas observações.

Fallemos de Kepler, geometra e poeta, pythagorico aferrado. Ha philosophos que affirmam o synchronismo dos periodos historicos, sem nos dizerem previamente, como o está exigindo a boa dynamica social, qual a natureza do movimento da humanidade.

Affirmam elles *à posteriori*, e pela simples comparação dos homens e das epochas, assim como das circunstancias que acompanharam aquelles elementos, que, passados certos periodos, voltam os mesmos phenomenos segundo uma lei determinada. Querer encontrar na humanidade o movimento regular e constante dos astros é completamente absurdo. As pequenas causas podem produzir entre os homens, mórmente quando as paixões andam desenfreadas e ás soltas, grandes effeitos. Se este principio não é tão geral como julgam alguns, é, comtudo, innegavel. Como querer, pois, encontrar no caminhar da humanidade essa regularidade mecanica, a qual só se encontra nos astros, e não nos phenomenos telluricos de transformação, porque só n'aquelles se podem commetter desprezos que não affectem a harmonia geral?

O synchronismo das epochas é, pois, um desejo vão, e eloquente signal de impotencia e ignorancia.

Mas ha certos factos que levam até certo ponto a não desprezar de todo essa theoria, ou, pelo menos, a acreditar em certas coincidencias bastante notaveis.

Assim é que entre Thales, fundador da seita Ionica, e Pythagoras, o vidente de Samos, vemos relações analogas ás que encontrâmos entre Copernico e Kepler.

Thales e Copernico foram espiritos muito atilados e profundos, com quanto estudassem mais apparencias, e tentando descriminar entre ellas a verdade.

Eram geometras, mas faltava-lhes a imaginação. Poderam deduzir, traduzir os phenomenos observados, mas nenhum d'elles inventou, nenhum d'elles encontrou uma lei, nenhum teve um d'esses rasgos, um d'esses momentos de inspiração, durante os quaes o homem ascende ao seio da natureza e lhe entrevê os mysterios.

Pythagoras e Kepler possuiram uma grande imaginativa. Como poetas, acreditaram na harmonia e singeleza dos movimentes planetarios, na simplicidade das suas leis. Esta coincidencia entre os dois philosophos gregos e os dois da *renascença* já feriu Descartes, quando comparou Kepler a Pythagoras.

(Continúa) A. OSORIO DE VASCONCELLOS.